

Car@s candidat@s à reitoria da UFRJ,

A AdUFRJ saúda as duas chapas e celebra o diálogo entre as diferentes visões de universidade. Reconhecemos o compromisso histórico das duas candidaturas com a universidade pública, gratuita e de qualidade, e por isso apresentamos aqui uma série de reivindicações, todas com o mesmo espírito: valorizar o trabalho docente.

Hoje, a AdUFRJ tem quase quatro mil associados, entre professores da ativa e aposentados, uma plêiade múltipla e diversa de docentes que diuturnamente enfrentam o desassossego e a insegurança de instalações precárias, perdas salariais, e políticas erráticas de pessoal.

As solicitações ora apresentadas pela diretoria da AdUFRJ incluem desde a melhoria das condições de trabalho e infraestrutura dos campi até posturas mais acolhedoras e eficientes da Administração Central. Acreditamos que respeitar a universidade é também valorizar o professor, e estamos convencidos de que ainda há muito o que fazer pelos docentes da UFRJ.

ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE, PERICULOSIDADE, DE RADIAÇÃO

- Que a UFRJ se abstenha de promover cortes nos adicionais ocupacionais (de insalubridade, periculosidade, de radiação) quando há alteração na função ou lotação docente;
- Que os laudos levem em consideração as especificidades dos trabalhos docentes e sigam as Normas Regulamentares que tratam das situações nocivas;
- Que os órgãos competentes da UFRJ apreciem todos os pedidos de contagem de tempo especial exercido pelos docentes e expeçam a documentação pertinente para a averbação dos respectivos tempos de trabalho (exercidos em condições nocivas) nos mapas de tempo de serviço dos integrantes da categoria.

PROGRESSÕES E PROMOÇÕES DOCENTES

- Que a Reitoria defenda a revogação das regras atuais;
- Que a Reitoria reconheça **a retroação dos efeitos das progressões e promoções desde quando reconhecido o cumprimento dos requisitos;**
- **Que os efeitos da progressão sejam concedidos independentemente da data de aprovação do pedido ou da avaliação dos respectivos relatórios de atividades.** Entendemos, nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outros Tribunais do País, **que esses direitos se referem tanto aos efeitos acadêmicos como aos efeitos financeiros;**
- **Que a Reitoria reconheça a possibilidade de os professores apresentarem suas progressões e promoções de forma acumulada;**
- **Que a Reitoria defenda o reposicionamento dos professores nos respectivos níveis de direito, desde quando reconhecidos os efeitos de suas progressões/promoções.**

Vale destacar que a AdUFRJ move uma série de processos com pedido de revisão judicial desde 2019 e, portanto, anteriores à mudança nas regras internas da universidade.

PEDIDOS DE CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO, DE APOSENTADORIA E DE ABONO DE PERMANÊNCIA

A categoria docente também tem enfrentado muitas dificuldades em relação a seus pedidos de contagem de tempo de serviço, concessão de abono de permanência e de aposentadoria. Os procedimentos têm sido longos (demoram muitos meses e não permitem que as unidades possam ser organizar em relação às substituições dos antigos professores) e há muitas dificuldades de obtenção de informações pelos órgãos da Universidade.

- Que a reitoria se empenhe em definir diretrizes em relação à célere apreciação desses pedidos;
- Que os integrantes dos órgãos da Universidade sejam treinados em relação às diferentes regras de aposentadoria e os reflexos em relação a cada opção de aposentadoria na vida do servidor;

- Que os servidores que lidam com estes pedidos sejam preparados para repassar todas as informações pertinentes aos servidores da Universidade que façam esses pedidos. Trata-se de momento de transição de vida destes trabalhadores e que deve contar com a sensibilidade e acolhimento da Universidade em relação àqueles que fizeram uma opção de vida de dedicação ao serviço público por longos anos.

PROCURADORIA DA UFRJ E DA DEFESA DA CATEGORIA DOCENTE

Entendemos, por fim, que é fundamental que a Procuradoria da UFRJ tenha procuradores alinhados com a defesa da categoria docente em relação aos seus direitos e prerrogativas. Também é fundamental que a Procuradoria zele por conferir efetividade às decisões judiciais obtidas pelos docentes (temos acompanhado muitas dificuldades no cumprimento de decisões judiciais).

Saudações cordiais,

Diretoria da AdUFRJ
(Biênio 2021-2023)

Rio de Janeiro, 11 de abril de 2023.